



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

OUTUBRO DE 2024 - EDIÇÃO 113 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

MOÇAMBIQUE NAS REUNIÕES ANUAIS DO GRUPO BM E FMI

PÁG. 3



DESTAQUE

AMÍLCAR TIVANE NAS CELEBRAÇÕES DOS 20 ANOS DO E-SISTAFE

PÁG. 4



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Moçambique nas Reuniões Anuais do Grupo BM e FMI



Uma delegação moçambicana, chefiada pelo governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, participou, de 21 a 27 de Outubro de 2024, nas Reuniões Anuais do Grupo Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tiveram lugar em Washington D.C, Estados Unidos da América (EUA).

As reuniões anuais do BM e do FMI reúnem Ministros das Finanças e do Desenvolvimento, governadores de bancos centrais, organizações internacionais, executivos do sector privado, representantes de organizações da sociedade civil e académicos.

O evento tinha como pano de fundo debates sobre o acesso à electricidade fiável, acessível e sustentável na África Subariana, investimento e abordagens transformadoras para

acelerar o acesso das mulheres à produtos e serviços financeiros, educação e competências para o Futuro de África e desafios referentes ao sistema alimentar agrícola como motor de crescimento sustentável e criação de emprego.

A delegação moçambicana participou de diferentes encontros, com destaque para as reuniões com o Vice-Presidente do BM para a Região Africana, Victória Kwakwa, Directores Executivos das Constituintes Africanas do Grupo 1 no BM e no FMI, Vice-Presidente do IFC, Sérgio Pimenta, Directores do Departamento Africano e do Departamento para Assuntos Fiscais no FMI, reuniões bilaterais com a JICA, Líbia, MIGA e um encontro com o Departamento do Tesouro Americano, entre outros, com vista a passar em revista os

compromissos de políticas assumidas com Moçambique, bem como traçar linhas de engajamento futuro no contexto da mobilização de financiamento e assistência técnica.

À margem das Reuniões, Rogério Zandamela, participou na qualidade de Governador Suplente junto do GBM e FMI e Chefe da Delegação, acompanhado pelo Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, na qualidade de Governador Temporário Suplente e Quadros Seniores do Ministério da Economia e Finanças, do Banco de Moçambique e da Embaixada da República de Moçambique em Washington D.C.



Amílcar Tivane nas Celebrações dos 20 anos do e-SISTAFE



Por ocasião da celebração dos 20 anos do lançamento da Plataforma Informática do Sistema de Administração Financeira do Estado, e-SISTAFE, o Ministério da Economia e Finanças, através do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) realiza um workshop sob o lema “20 Modernizando os Processos de Gestão das Finanças Públicas Para Melhor Servir ao Cidadão”.

O evento de cinco dias, que juntou, entre outros, na Cidade de Maputo, entidades do Governo, Associação Nacional dos Municípios, CTA, Parceiros de Cooperação, Sociedade Civil, Movitel e Vodacom, com objectivo de fazer uma resenha histórica ao longo dos 20 anos de implementação dos processos de Contratação Pública, Planificação e Orçamentação, evolução da Prestação de Contas com Recurso à Informação disponibilizada pelo e-SISTAFE.

Na sessão de abertura, o Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane frisou que o Governo de Moçambique lançou, em 2001, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001 – 2011 (EGRSP), um instrumento que tem a

sua continuidade na Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) 2011 – 2025. Estas estratégias visavam desencadear um processo planificado e integrado de reforma do sector público na transformação das políticas económica, social e institucional de forma contínua, gradual, pragmática, dinâmica, participativa e transparente.

sua continuidade na Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) 2011 – 2025. Estas estratégias visavam desencadear um processo planificado e integrado de reforma do sector público na transformação das políticas económica, social e institucional de forma contínua, gradual, pragmática, dinâmica, par-

participativa e transparente.

Para o dirigente, a reforma idealizada na EGRSP reuniu as premissas necessárias para o estabelecimento do SISTAFE como parte de um esforço abrangente de reforma financeira para melhorar a gestão das Finanças Públicas e aumentar a transparência e a eficiência na administração dos recursos do Estado. A implementação do SISTAFE teve como base a Lei do SISTAFE, promulgada em 2002, que definiu os princípios e as diretrizes para a Gestão Financeira do Estado. A aprovação da Lei nº9/2002, de 12 de Fevereiro, cria o SISTAFE, e tinha como objectivo, garantir a harmonização das regras e procedimentos de programação, gestão, execução,



controlo e avaliação dos recursos públicos de forma integrada e transparente, pondo fim deste modo, ao antigo Sistema Financeiro da Administração Pública, alicerçado pelo Regulamento da Contabilidade Pública de 1881 e Regulamento da Fazenda de 1901.

Actualmente, o e-SISTAFE é composto por 11 módulos informáticos, todos operacionais com excepção de um módulo, o de Auditoria Interna, que se encontra em desenvolvimento. A operacionalização do e-SISTAFE consistiu na introdução da Conta Única do Tesouro (CUT), consolidando a Unidade de Tesouraria, na abolição do Título como instrumento de pagamento ou de provisão de recursos, na Contabilidade Pública por Partidas Dobradas e no estabelecimento de transacções em tempo real entre as Direcções Nacionais, Direcções Provinciais do Plano e Finanças e a CUT baseada no Banco de Moçambique, sublinhou.

Tivane assegurou que não obstante os sucessos e impactos obtidos com o e-SISTAFE até esta fase, a sua disponibilização apresenta seus desafios, essencialmente, de melhoria contínua para a sua consolidação e adequação às novas exigências e necessidades crescentes e diversificadas das instituições públicas, com destaque para o Desenvolvimento da componente de contratações públicas no Módulo do Património do Estado, desenvolvimento do Módulo de Gestão da Dívida Pública e Módulo de Gestão de Financiamento, modernização da infraestrutura tecnológica de suporte, com integração de novas tecnologias, para conferir maior eficiência, flexibilidade e escalabilidade ao sistema, como é o caso da inteligência artificial, *big data* e *blockchain*, expansão do e-SISTAFE nas Missões Diplomáticas e Consulares e a adopção de Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público (IPSAS).

É destaque para o primeiro dia de actividades temas como a Planificação e Orçamentação Participativa, Evolução da Prestação de Contas com Recurso à informação Disponibilizada pelo e-SISTAFE, Contributo do e-SISTAFE para o Desenvolvimento da Rede de Comunicação de Dados em Moçambique e Perpectivas para a Reforma de Gestão de Finanças Públicas.



MEF Avança com Leilão Público de Bens Apreendidos para fortalecer as Finanças Públicas

Boletim Informativo



O Ministério da Economia e Finanças, (MEF) através do Gabinete de Gestão de Activos (GGA) procede hoje, 02 de Dezembro de 2024, na cidade de Maputo à venda em hasta pública por meio de leilão de bens públicos apreendidos nos últimos anos e que contam com um desconto de 30 por cento do valor de avaliação.

Este evento decorre no auditório “B” do edifício do MEF, na Avenida Julius Nyerere e visa a alienação de bens confiscados ao abrigo do Regime Jurídico Especial de Perda Alargada de Bens e Recuperação de Activos, conforme estipulado na Lei n.º 13/2020 e no Regulamento de Gestão de Activos.

Trata-se do terceiro evento a decorrer este ano onde vários bens estão disponíveis, com destaque para 49 viaturas das mais variadas marcas e cilindrada, nove tractores, mobiliário de habitação, postos de transformação de energia eléctrica, contentores, atrelados, máquinas pesadas e bicicletas profissionais.

Com esta iniciativa, o Governo pretende aumentar a transparência e a eficiência na gestão dos bens recuperados, promovendo a sua venda pública para fortalecer as Finanças Públicas e contribuir para o combate aos crimes económicos. O processo de venda está sendo conduzido através de



lances verbais, bem como propostas apresentadas em carta fechada, permitindo uma disputa entre os interessados para aquisição dos referidos bens.

Refira-se que foi divulgado um edital pelo GGA, no qual está patente que os participantes interessados devem cumprir determinados requisitos, com destaque para a apresentação de documentos como o Bilhete de Identidade ou o Documento de Identificação e Residência para Estrangeiros (DIRE). No caso de pessoas colectivas é obrigatório a apresentação da certidão de registo comercial e o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

Além disso, os concorrentes deverão submeter uma declaração de compromisso, assumindo a responsabilidade pela proposta apresentada.

O processo de adjudicação será realizado durante uma sessão pública, onde os concorrentes poderão apresentar lances verbais para garantir a compra do bem pretendido. Os bens serão atribuídos a quem apresentar a proposta mais elevada. Os vencedores poderão optar por liquidar o montante total do bem arrematado ou, alternativamente, efectuar o pagamento de 10% como sinal, comprometendo-se a pagar o valor remanescente num prazo

máximo de 15 dias após a adjudicação.



Comunidade ALUMNI da UEM Deve Contribuir para Solucionar os Problemas mais Candentes da Sociedade

- Considera Salim Valá



O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), SA, Salim Valá, defendeu, no passado dia 18 de Novembro de 2024, em Maputo, que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), como uma instituição emblemática no concerner ao ensino, investigação e extensão, deve estar orientada para responder aos anseios e demandas da sociedade e do sector produtivo, enfatizando que as Universidades devem acolher Incubadoras de Empresas, para funcionarem como nichos de excelência na preparação prática de futuros empreendedores e empresários.

Valá falava no âmbito da comemoração dos 10 Anos da Comunidade Alumni da UEM, tendo referido na ocasião que numa sociedade de conhecimento, o papel da UEM é ainda mais relevante por ser chamada a trazer contribuições concretas para solucionar os problemas mais prementes do país, nos domínios das infraestruturas resilientes aos eventos climáticos extremos, na melhoria dos serviços de saúde e educação, na produção agrícola e pecuária, no fomento da industrialização, na promoção do empreendedorismo, da justiça, da cidadania e da democracia, entre outras áreas.



A comunidade de graduados pode funcionar como uma rede epistémica de partilha de conhecimentos, saberes, vivências e experiências que contribuam para materializar o princípio de aprendizagem ao longo da vida, e traga novas valências e aportes técnico-científicos para a UEM.

Na sua alocução, o dirigente referiu que formou-se na Faculdade de Letras e na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF), e já foi docente na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), FAEF e na FACECO, tendo destacado que a Comunidade Alumni é uma plataforma vital para o estabelecimento de conexão permanente entre a UEM e os graduados, com benefícios mútuos para as partes.

Por exemplo, a BVM, SA celebrou um Memorando de Entendimento com a UEM, tendo em vista promover a literacia financeira, estimular a formação de quadros sobre assuntos relacionados com o mercado de capitais, estimular a investigação e procurar soluções para resolver o problema de difícil acesso ao financiamento pelos pequenos empreendedores.

Durante o debate, Valá reconheceu que há necessidade de continuar a trabalhar para que as Micro, PME's - que representam cerca de 98% da paisagem empresarial moçambicana - possam ter mecanismos apropriados de financiamento calibrados para a situação concreta dessas empresas. *Muitos empreendedores, em particular as mulheres e jovens a operar no sector informal, não*

conseguem viabilizar as suas ideias de negócios por falta de financiamento, insuficiência de capacidade técnica e de gestão, além de deficientes ligações de mercado e défice de infraestruturas económicas. Precisamos de seguir o conselho do Prof. Muhammad Yunus, autor do livro "O Banqueiro dos Pobres" e laureado em 2006 com o Prémio Nobel da Paz, ao rematar que as mesmas instituições que fizeram a pobreza emergir e afirmar-se, não serão elas a contribuir para a sua erradicação. É preciso adoptar medidas criativas e arrojadas para implementar novas abordagens e enfoques, e ter a coragem de implantar instituições que ajudem a acabar com a fome, a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e espaciais e gerar mais empregos de qualidade.



O evento foi dirigido pelo Magnífico Reitor da UEM, Prof. Doutor. Manuel Guilherme Jr, tendo contado com a presença da Presidente da Assembleia da República, Esperança BIAS, da Presidente do Conselho Constitucional, Lúcia Ribeiro, e de muitos outros Alumni (graduados) de diferentes cursos e gerações da UEM.



Directora Provincial do Plano e Finanças de Tete Confere Posse a Novos Membros de Direcção



A Directora Provincial do Plano e Finanças de Tete, Paula Corda, procedeu no dia 27 de Novembro do ano em curso ao empossamento de novos quadros da instituição. Trata-se do chefe de Departamento de Administração e Recursos Humanos, Domingos Manuel Jofir, Chefe de Repartição Provincial das Aquisições Henriques Raimundo Tembe, Chefe de Repartição Provincial de Comunicação e Imagem Eunice Horácio Zimba, Chefe de Repartição Provincial do Pessoal e Cadastro Euclides Eduardo Vicente Lino, Chefe de Repartição Provincial de Análise Económica Social Inocêncio Dias Jaqueta e a Secretária Executiva Yolanda Armando Tonela, respectivamente.

Dirigindo-se aos empossados, Corda, apelou aos novos chefes para cumprirem na íntegra com o seu juramento olhando para o perfil da área a que cada um foi

colocado priorizando e focando-se mais no trabalho em equipa para alcançar melhores resultados. *“É preciso pautarem sempre pela calma, serenidade, paciência, humildade, compreensão e sobretudo que sempre sejam vigilantes na luta contra a corrupção, porque só assim, poderemos alcançar as metas traçadas no nosso plano de actividades”*, enfatizou.

Importa referir que no dia 26 de Novembro o Colectivo de Direcção esteve reunido na Direcção Provincial onde apreciou o Balanço do III trimestre 2024, na ocasião a dirigente fez entrega de três (3) meios circulantes (Motorizadas) ao pessoal de apoio.

Aos beneficiários, a directora apelou ao máximo cuidado dos bens, neste caso as motorizadas em sua posse, pois, *são uma mais valia para sua locomoção no aten-*

dimento ao expediente da instituição assim como no transporte de casa para o serviço, devem também fazer esforço para evitar que se envolvam em situações de perigo como por exemplo, acidentes de viação. Ademais, é preciso tomarem muito cuidado para aspectos de excesso de velocidade. Saibam conservar estes meios de modo a servirem por muitos anos, apelou Paula Corda.





Cabo Delgado Realiza IX Sessão Ordinária do Conselho Provincial de Coordenação



Foram apresentadas no dia 19 de Novembro de 2024 no hotel expresso em Pemba, as principais realizações do quinquénio 2020-2024 na IX Sessão Ordinária do Conselho Provincial de Coordenação, alargada aos Administradores Distritais, Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba acompanhado pelos vereadores.

A Directora Provincial do Plano e Finanças de Cabo Delgado, Leonor Diogo Correia dirigindo-se aos presentes, frisou que o contexto socioeconómico nos últimos 5 anos, foi marcado por adversidades inerentes aos impactos da acção dos terroristas, condições agro-climáticas adversas, inundações em algumas zonas (distritos de Namuno, Balama, Ancuabe, Palma, Mecúfi e Metuge), eclosão da lagarta do funil na Província e a pandemia de Covid-19.

No geral, a execução do Programa Quinquenal 2020-2024, tem uma avaliação positiva, com uma execução de cerca de 98%, o que dá indicação que até ao término do quinquénio as metas serão atingidas em 100%, sublinhou a directora, destacando a produção global média valorizada assim como a produção industrial, os esforços empreendidos com vista a ajuda humanitária aos deslocados internos resultantes da acção dos terroristas, visando prover condições dignas de assistência em diversas necessidades, a disponibilização de alimentos a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional resultante do apoio aos produtores em insumos agrícolas, pecuários e pesqueiros e as

acções de construção e reabilitação de vias de acesso em toda a província. Ademais, a fonte destacou ainda a questão do esforço coordenado entre o Governo e Parceiros para o regresso da população às suas zonas de origem (Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Palma).

Importa referir que para o último ano de implementação do PQG, há necessidade de continuar a vigiar e a combater aos inimigos da paz que semeiam luto e dor nas famílias. Estamos conscientes e encorajados pelos avanços e sucessos que as forças conjuntas de defesa e segurança obtiveram no retorno das populações para as suas zonas de origem, embora

haja volatilidade da segurança, o retorno do fluxo normal das actividades económicas e sociais.



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fúel
Lucrecia Nhabomba
BOOST MEDIA, S.A

Redacção

Lucrecia Nhabomba
Luís Tabela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Safrinho

Fotografia

Emílio Fúel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavota e Janeth Lalce (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BYM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Mafine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lilitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessoné Bonomar (Nlassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz